

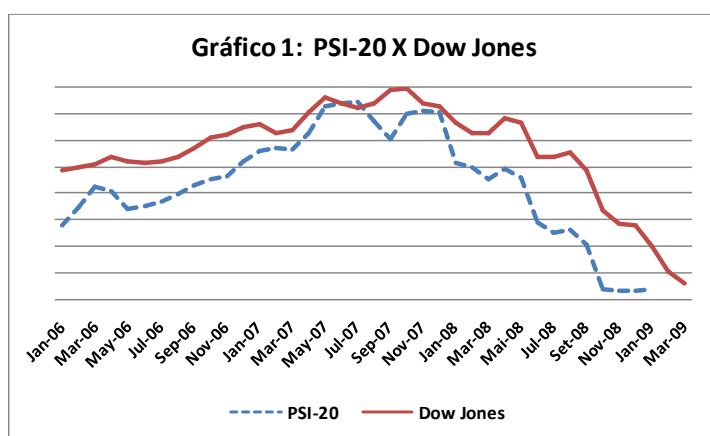
O Boletim Económico é uma publicação do portal [www.esquerda.net](http://www.esquerda.net) e tem como objectivo informar e discutir temas de economia e sociedade.

Para qualquer informação: Gustavo Sugahara (tel. 213 919 307) ou mail [economia@esquerda.net](mailto:economia@esquerda.net)

## SUMÁRIO EXECUTIVO:

### AINDA A(HÁ) CRISE

- Álibi para ocultar o não cumprimento de promessas feitas e para justificar os péssimos resultados alcançados.
- Em 2009 espera-se a manutenção de uma elevada taxa de desemprego e um redução do produto.
- Aumento do trabalho precário, sobrecarga sobre o trabalho não remunerado
- Deixar que a economia se degrade até ao limite seria demasiado penoso.
- Deflação é o grande risco.



### MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

#### PARA QUE TUDO FIQUE NA MESMA:

- “Primeira-fase”: flexibilização das políticas de cariz monetário.
- Agravamento da Crise e a utilização da política fiscal.
- Quais as condições oferecidas pelos Bancos Centrais nos empréstimos aos Bancos?
- É fundamental questionar o modelo de PPP.

### A CRISE E A NECESSIDADE DE MUDANÇA:

- Escancara as consequências negativas da dominação cega de uma vertente particular do pensamento económico.
- Impedir que a factura seja paga pelo trabalhador.
- É preciso repensar o “proteccionismo”.
- Alterações estruturais no sistema financeiro internacional: Encerramento dos Paraísos Fiscais como “pedra de toque”.
- Tributar as transacções financeiras internacionais
- Recuperar Serviços Públicos.

### MAIS NOTÍCIAS NESTE BOLETIM

- Para pensar o investimento estrangeiro
- Europa pior do que os EUA?
- BCP, BPN e BPP – “O Segredo é a arma do negócio”

# AINDA A(HÁ) CRISE:

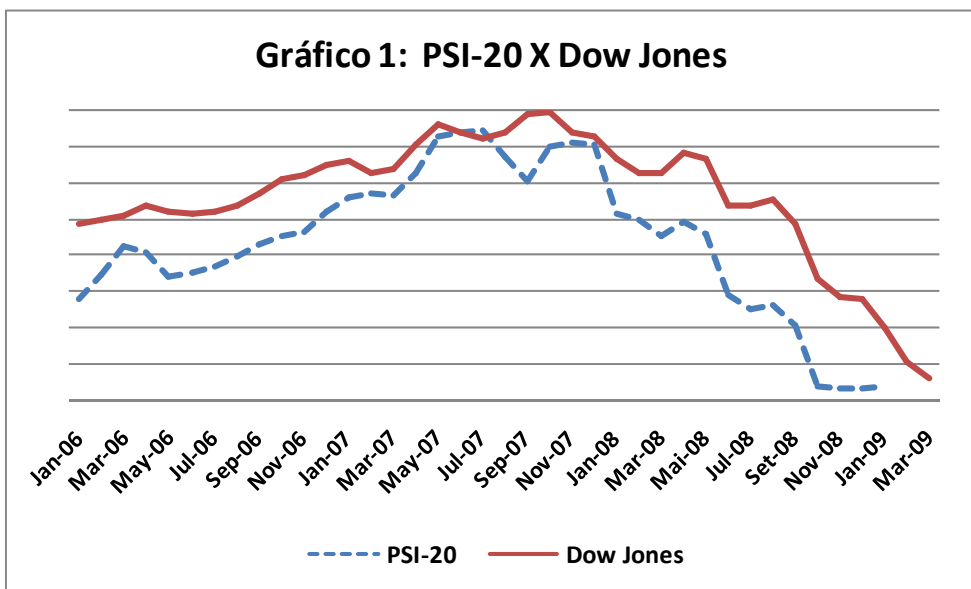
O número inaugural deste Boletim, lançado em Janeiro de 2008, abordava a crise económica e a sua origem nos mercados financeiros. Destacámos na altura a previsível decisão do Banco Central Europeu em não alterar a taxa de juros base e as nefastas consequências que esta decisão traria, como trouxe, para a economia europeia.

O ano de 2008 ficaria ainda marcado pela “crise alimentar” e pela “crise petrolífera”, ambas reveladoras das falhas e dos prejuízos causados pelo avanço sem precedentes da “lógica de casino” sobre toda a economia. Nunca na história se ganhou tanto com a especulação.

Em Portugal, o discurso do governo era o de que a economia portuguesa estava preparada para enfrentar a crise, tendo este discurso sido rapidamente substituído pela referência ao “mundo lá fora”, usando a crise como principal álibi para ocultar o não cumprimento de promessas feitas e para justificar os péssimos resultados alcançados, nomeadamente em matéria de salários e emprego. Alguns “nomes estranhos”, como o do economista Keynes ou mesmo Marx, voltaram aos discursos e houve mesmo tempo para uma nacionalização (ver caixa sobre BPN), fenómeno que se pensava apenas ter lugar nos livros de história.

- Onde sentimos a Crise, quais os grandes riscos?

A primeira pergunta pode parecer estranha, mas é recorrente entre aqueles que não perderam os seus empregos, não fazem aplicações no mercado financeiro, e já se esqueceram do forte aumento dos combustíveis e dos alimentos do ano passado. Como vimos no Boletim #1, as principais consequências da crise são mesmo o desemprego e a quebra no produto. No dia-a-dia, constatamos a diminuição do consumo de produtos e serviços, que levam as empresas a fechar. A Tabela 1 apresenta alguns dos principais indicadores destes processos em Portugal. Em 2009 espera-se a manutenção de uma elevada taxa de desemprego e um redução do produto. Outras consequências, menos perceptíveis nos indicadores “clássicos”, reflectem-se no aumento do trabalho precário e na sobrecarga sobre o chamado trabalho não remunerado. Mais piores salários e mais exploração. Alguns economistas chamam ainda à atenção para o maior impacto sobre as mulheres e nos países em desenvolvimento, onde as consequências da crise podem ainda representar directamente o agravamento de indicadores relativos à mortalidade, educação, etc. As repercussões da crise afectam, por isso, sobretudo os mais vulneráveis.



**TABELA 1 - PORTUGAL -  
EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA**

	2005	2008	2009
Inflação	2,3%	2,6%	1,2%
Desemprego	7,6%	8,5%	7,7%
PIB	0,9%	0,3%	-0,8%
Défice Orçamental	-6,0%	-2,2%	-3,9%
Dívida Pública/PIB	65,1%	63,5%	64,0%
Precariedade*	32,5%	35,0%	n/d

\* Precários/empregados

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado (vários anos) - DGO  
Relatório de Estabilidade Financeira – BdP

É relativamente consensual entre os economistas que este círculo vicioso deve ser combatido através da intervenção pública. Deixar que a economia se degrade até ao limite seria demasiado penoso até para o mais convicto dos liberais. Alguns sectores da indústria, por exemplo, demoram anos para se consolidar, e a interrupção das suas actividades pode ser catastrófica e irreversível, gerando prejuízos que perduram por muitos anos. No entanto, já que a intervenção na economia é feita com dinheiros públicos, devem ser impostas condições que favoreçam o bem comum, protegendo os mais desfavorecidos.

Neste momento, o grande risco que assombra a economia europeia é o da deflação, a queda generalizada dos preços. Este risco pode não ser claro para alguns pois, afinal, o que há de negativo em que os preços baixem? Ao olharmos para a economia como um todo a resposta fica mais clara. Embora a sensação como consumidor possa sugerir o contrário, devemos lembrar-nos que uma queda generalizada nos preços significa uma desvalorização de tudo o que foi produzido (um empresário, por exemplo, que vê o seu produto perder valor pode ter prejuízos e pode até deixar de produzir). Por outro lado, com os preços a cair os consumidores adiam as suas decisões de compra. As empresas ficam assim com produção que não conseguem escoar, a desvalorizar permanentemente..

## **MEDIDAS DE EMERGÊNCIA PARA QUE TUDO FIQUE NA MESMA**

São já inúmeros os planos e pacotes anunciados pelos governos em todo o mundo para combater a crise. Em linhas gerais, os governos avançaram numa “primeira-fase” com a flexibilização das políticas de cariz monetário (baixa de juros, diminuição do “custo do dinheiro”, etc.), e com uma série de medidas de crédito, tendentes a conferir liquidez aos bancos e a recuperar a confiança dos investidores, que têm fugido dos mercados financeiros. Por outras palavras, procurou-se de forma maciça injectar dinheiro nos bancos para tentar reverter a forte quebra no crédito e conter a desvalorização dos activos.

Com o avançar da crise, que começou entretanto a contaminar efectivamente o “lado real” da economia (com impactos directos, como vimos, no desemprego e na quebra de crescimento das economias), teve início uma “nova fase” de planos públicos, já mais directamente ligados às chamadas políticas fiscais, outro domínio importante das “ferramentas” da política económica. Nesta linha cabem muitas medidas, desde a redução de impostos, a alteração de regras e escalões de cobrança, o aumento de verbas de apoio a determinados sectores ou o investimento público directo.

Estes dois movimentos, aparentemente com alguma lógica, escondem nas entrelinhas algumas questões que devem ser tidas em conta. Em primeiro lugar, é fundamental questionar a transparência e as condições oferecidas pelos Bancos Centrais nos empréstimos aos Ban-

### **PARA PENSAR O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO:**

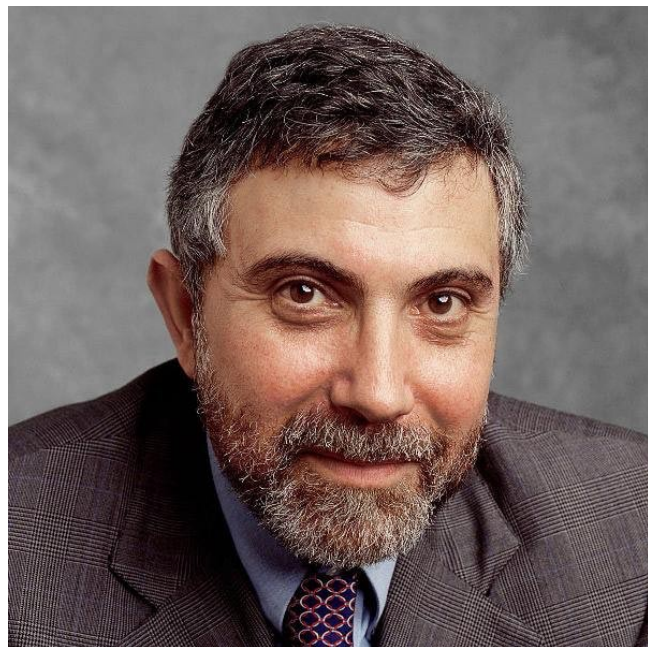
Os acontecimentos recentes envolvendo a empresa Qimonda, já com milhares de despedimentos, são o ponto de partida para este interessante artigo de Vítor Lima no blog esquerda desalinhada. A atracção de Investimento Estrangeiro figura como outro tema de “falsos consensos” onde o senso comum tende a gerar muita confusão e desinformação. O artigo sistematiza algumas das lógicas que estão adjacentes às decisões de investimento, tanto do ponto de vista do investidor, quanto dos governos que “disputam” estes recursos. Destacam-se as diversas formas de incentivo fiscal e disponibilização de recursos diversos, em suma, uma forte interferência de agentes públicas na intermediação destes negócios.

O autor apresenta ainda diversos aspectos fundamentais que evidenciam a pressão que o actual modelo de investimentos estrangeiros exerce sobre o trabalho e de como são propositadamente frágeis as relações entre este capital e os países que o acolhem. Em muitos casos, um olhar atento sobre os investimentos estrangeiros pode relevar um péssimo negócio para os países que os acolhem “desesperadamente”.

cos. Continua a ser uma questão fundamental exigir a responsabilização e transparência por parte dos Bancos na gestão de empréstimos concedidos pelo governo. Não se deve, de forma alguma, aceitar a simples e pura socialização dos prejuízos advindos da “economia de casino”. Os bancos devem ser tratados como um sector que provisiona um bem essencial à nossa economia, o crédito, estando sujeitos a regras que garantam o interesse público da sua actividade. A existência de um forte sector público nesta àrea é essencial para que tal aconteça.

O desejado investimento público deve também ser analisado com muita atenção. Aqueles que defenderam o modelo que agora se encontra em crise são os mesmos que continuam a exigir a redução dos impostos de forma indiscriminada. Num contexto de fragilidade das finanças públicas é relativamente fácil perceber as graves consequências que tais medidas comportariam. Mas é ainda no modelo que tem sido adoptado para muitos dos investimentos públicos que se encontra um dos maiores engodos que perduram mesmo com a crise, as chamadas Parcerias Público Privadas. Sem ter comprovada a sua eficiência nos modelos de gestão face ao público, o único efeito observado tem sido o da “desorçamentação” de despesas, que no futuro vão concretizar um custo acrescido para os contribuintes ao mesmo tempo que as empresas contratadas beneficiam de lucros garantidos.

Por fim, é importante frisar que o que se tem feito, em grande parte das economias, é tentar “voltar” ao momento anterior à crise, com alguns “pequenos ajustes”. Portugal não foge à regra e, em detrimento da intensificação dos chamados gastos sociais (educação, saúde, etc.), estes sim capazes de desencadear uma dinâmica de desenvolvimento sustentável, o governo continua a insistir nas mesmas políticas, como é o caso do falhado modelo de privatizações (ver Boletim #3). Como alertámos no Boletim #7, a elaboração do Orçamento de Estado era uma oportunidade impar para combater a crise. Mas mesmo depois de ser obrigado a apresentar uma “nova versão”, o governo “manteve o rumo” e continuou à procura dos mesmos resultados para a economia.



### EUROPA PIOR DO QUE OS EUA?

O alerta veio do vencedor do prémio Nobel de economia em 2008, Paul Krugman. O economista afirma que embora os modelos de bem-estar social dos governos europeus tenham conseguido mitigar os efeitos da crise, a Europa continua a fracassar em termos de política monetária e fiscal.

Krugman afirmou que o Banco Central Europeu foi lento em cortar taxas de juros (tendo inclusive aumentada a taxa em Julho) e ineficiente na política fiscal. Como principal razão para tal falhanço apontou a fraca liderança, aliada ao facto da integração monetária e económica europeia ter ido longe demais em relação às suas instituições políticas.

Como consequência a Europa observa uma situação onde nenhum Governo é capaz assumir a responsabilidade pela economia europeia como um todo. Desta forma os governos nacionais não arriscam em incorrer em grandes dívidas para financiar um estímulo cujos benefícios reverteriam a eleitores em outros países.

## A CRISE E A NECESSIDADE DE MUDANÇA

Se supusermos que algo de “positivo” pode decorrer da crise, deveremos sem dúvida alguma considerar que, ao escancarar as consequências negativas da dominação cega que uma vertente particular do pensamento económico, neoliberal, tem vindo a assumir, abriu-se uma nova oportunidade para a discussão de alternativas. Neste sentido, lembramos que a par dos planos de combate à crise, desencadeados um pouco por todo o mundo, também se intensificou o debate sobre os mecanismos de regulação e intervenção dos Estados sobre a economia, nos mais variados fóruns de representação internacional.

Neste debate, de cariz mais estrutural, destacaríamos uma primeira ideia fundamental, a necessidade de refutar frontalmente a recorrente afirmação de que países como Portugal são demasiado pequenos e não têm força para enfrentar questões cruciais e assumir certas medidas de política económica, como é o caso do encerramento e limitação das transacções em paraísos fiscais, como o que existe na ilha da Madeira. Tal afirmação tenta jogar com a ideia de que a obediência cega as ideias e políticas vindas de países com maior dimensão económica deve conferir-nos maior competitividade.

O momento também requer especial atenção sobre o trabalhador que sofre especial pressão com o aumento do desemprego. Como vimos no Boletim 4, é fundamental impedir que a factura seja paga pelo trabalhador, não só via protecção do emprego mas também via redução de salários e direitos (Tabela 1).

Outro tema que tem tido pouco destaque na comunicação social é o do “protecționismo”. Grosso modo, trata-se do debate em torno da ideia do livre comércio entre as nações, eliminação de tarifas alfandegárias e diminuição dos apoios à produção. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é principal fórum onde estas negociações decorrem e tenta articular um acordo amplo entre as nações e promover o livre comércio. Como vimos no Boletim 5, a moribunda ronda de negociações vê cada vez mais distante a concretização dos seus objectivos, a crise também escancara os efeitos nefastos de políticas orientadas apenas para o mercado externo e evidenciam a agora consensual necessidade de intervenção pública na economia, seja via controlo do comércio, seja via apoio interno (para saber mais: “Porque é que o comércio livre só é bom para alguns”).

Por fim vale enunciar uma série de temas que devem ser enfrentados para garantir alterações estruturais no sistema financeiro internacional, que sejam efectivamente capazes de evitar que a economia volte ao “momento anterior”.

Como os recentes escândalos têm evidenciado, a questão



dos (i) paraísos fiscais (ver caixa sobre bancos) figura como “pedra de toque” para qualquer iniciativa minimamente comprometida com a transparência, fundamental para a credibilidade de qualquer sistema. Face ao que observamos nos últimos tempos não podemos mais tolerar o argumento da falta de harmonização fiscal no sistema financeiro internacional e a eventual quebra na competitividade. A solução é mesmo banir este tipo de operações.

Ainda sobre a necessidade de maior regulação lembramos mais uma vez propostas como a da (ii) tributação das transacções financeiras internacionais, e a necessidade de coibir os diversos sistemas de incentivo à fraude, como é o caso dos valores astronómicos anualmente distribuídos em forma de bónus extraordinários, a busca por “resultados”, a competição voraz no mercado financeiro tem forte responsabilidade sobre a actual crise. É portanto preciso impor um sistema de (iii) impostos progressivos que coíba lucros excessivos e a evasão fiscal.

Vale ainda fazer uma menção ao processo de financeirização da economia e a variedade de produtos “criados” nas últimas décadas. Com raízes nos diversos movimentos de privatização, na estagnação salarial e conseqüente endividamento das famílias, a financeirização da economia traduz-se no aumento exponencial de produtos financeiros e equivalentes remunerações. Os planos de pensão privados e os chamados fundos soberanos são dois bons exemplos deste processo, que teve o próprio estado como grande promotor. A (iv) recuperação dos serviços públicos deve portanto ser outro pilar de uma nova arquitectura económica internacional.

## **BCP, BPN, BPP... “O SEGREDO É A ARMA DO NEGÓCIO”**

Em Novembro de 2008 o governo Português avançou com a Nacionalização do Banco Português de Negócios, a primeira nacionalização desde 1975. Na altura, com um rombo de cerca 700 milhões de euros (valor que já é revisto para cerca de 1800 milhões de euros), dos quais grande parte associados a operações com o Banco Insular de Cabo Verde, o Ministro das Finanças apontava a situação de ruptura eminente de pagamentos por parte do banco e uma situação de funcionamento “excepcional, delicada e anómala”. Depois de uma sequência de declarações flagrantemente contraditórias entre um dos principais envolvidos com os negócios do Banco, Dias Loureiro, e o responsável pela supervisão, António Marta, o governo não teve outra alternativa se



não viabilizar uma nova Comissão de Inquérito envolvendo o sector bancário. O relatório “inconclusivo” da Comissão de Inquérito ao Banco Comercial Português fora entregue há apenas 5 meses. O leque de escândalos envolvendo bancos completa-se com o caso do Banco Privado Português, cuja débil situação ficou completamente exposta após ter

visto recusado um pedido de ajuda ao Estado de 750 milhões de euros. Os três casos envolvem esquemas complexos de manipulação e desvios, não coibidos pelas entidades responsáveis pela supervisão e beneficiados principalmente pelo véu que encobre as operações realizadas nos paraísos fiscais.